

**A criação de arena pública para o debate climático no RN:
janela de oportunidades e políticas públicas**

José Gomes Ferreira¹

Winifred Knox²

Resumo: O artigo analisa a realização recente de várias iniciativas que colocam o Rio Grande do Norte em destaque na discussão pública estadual sobre a crise climática contemporânea. Os fóruns juntaram cientistas, gestores públicos, movimentos sociais e outros setores da sociedade civil, invertendo a ausência de uma reflexão sobre a crise ambiental e expondo uma tensão entre objetivos desenvolvimentistas da pauta pública e a discussão ontológica sobre o futuro da humanidade. Nosso objetivo é analisar o processo de construção dessa agenda pública ambiental a partir da atenção da academia, da mídia, da classe política e da sociedade. Para tal, analisamos como se deu a mediação e divulgação dos eventos, as articulações, resultados obtidos e encaminhamentos futuros. A conclusão é que o trabalho preparatório é fundamental, mas é necessário garantir a continuidade dos debates, alargar a abrangência e garantir a sua reprodutibilidade.

Palavras-chave: Arena pública; mudanças climáticas; participação social; Rio Grande do Norte.

**The creation of a public arena for the climate debate in RN:
window of opportunities and public policies**

Abstract: The article analyzes recent debates that took place in Rio Grande do Norte at the forefront of the state's public discussion on the contemporary climate crisis. The forums brought together scientists, public managers, social movements and other sectors of civil society, reversing the lack of debate on the environmental crisis and exposing a tension between developmental objectives on the public agenda and the ontological discussion about the future of humanity. Our objective is to analyze the process of building environment public agenda based on the attention of academia, the media, the political class and society. We analyzed how the mediatization and dissemination of events took place, articulation between actors, results obtained and future directions. The conclusion is that the preparatory work is fundamental, but it is necessary to guarantee the continuity of the debates, expand the scope and guarantee their reproducibility.

Keywords: Public arena; climate change; social participation; Rio Grande do Norte.

¹ Atua como professor visitante no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba e é professor permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. E-mail: jose.ferreira@outlook.com

² Professora do Instituto de Políticas Públicas e Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Email: winifred.knox@ufrn.br

Introdução

As emergências climáticas vêm dando mostras da rapidez e capacidade de destruição da crise ambiental que vivemos na atualidade, revelando-se na subida do nível do mar, no aumento geral de temperatura, na ocorrência de eventos extremos como secas severas, tufões e chuvas torrenciais que provocam inundações com perdas materiais e humanas. Trata-se de um problema global de sustentabilidade do próprio planeta, cada vez mais exposto ao modo de vida e práticas humanas. Nenhuma região pode dizer que se encontra a salvo, pelo que nenhum governo, quer seja federal, estadual ou local, pode virar as costas ao problema. O mesmo sucede com a academia, a principal responsável pelo fornecimento de informação sobre o tema, a sociedade civil organizada ou não, principal afetada afetante, assim como os diversos setores da economia, da mídia e todos nós. O tema vem sendo colocado na agenda pública e da mídia, porém, a visibilidade é insuficiente, carece ainda de entrar efetivamente na agenda dos decisores governamentais, das empresas, escolas, universidades e movimentos sociais.

No sentido de um amplo diagnóstico e busca de soluções têm sido realizadas importantes conferências internacionais sobre as temáticas ambiental e climática, colocando-se estas questões na agenda pública e nos dispositivos de governança, gerando compromissos que depois influenciam as políticas com ações concretas. Assume relevo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, por ter conseguido juntar os líderes mundiais a debater um tema na época ainda emergente. A partir dessa iniciativa a questão ambiental entra definitivamente na agenda das preocupações dos cidadãos, na definição das políticas e órgãos atuantes, assim como na agenda da mídia, da ciência e da cidadania. Em 1992, a Conferência do Rio consolidou o papel destas iniciativas das Nações Unidas na busca de uma governança ambiental global, definindo objetivos e propondo iniciativas para a sua concretização. Um dos temas que ganhou amplitude na Rio 92 foi a agenda da sustentabilidade, assim como a biodiversidade, clima, oceanos e participação social. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas dela resultante, tem promovido a chamada Conferência das Partes, que em 2023 realizou a sua 28ª edição. Paralelamente, as Nações Unidas criaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), integrando reputados cientistas do mundo inteiro e responsável pela elaboração dos mais importantes relatórios sobre a crise climática global.

A aprovação da Agenda 2030, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, consolida o processo, comprometendo todos sobre matérias sociais, climáticas e no estabelecimento de parcerias, questões centrais para inverter a degradação e o desenvolvimento desigual entre sociedades capitalistas e periféricas, bem como dentro das mesmas. Não há tempo a perder e os governos locais têm também um importante papel no processo, reforçando coalizões e articulações nacionais e internacionais, assim como intersetoriais.

A nível nacional destacamos o importante contributo dado com a realização de conferências sobre as temáticas em discussão. Ainda que tenham sido interrompidas durante os governos conservadores, cabe destacar as quatro Conferências Nacionais de Ambiente e as seis edições da Conferência das Cidades, conforme será detalhado mais adiante no artigo. Estas iniciativas resultaram de um trabalho de base que envolveu milhares de participantes nas escalas municipais e estaduais, e no final foram representados por delegados na Conferência Nacional. Embora a questão climática não tenha sido beneficiada com uma discussão abrangente, ainda assim cabe destacar as discussões dentro da academia, bem como a partir dos gestores públicos, de empresas e organizações da sociedade civil.

O artigo propõe analisar a entrada na agenda pública dessas questões em abril de 2023, no Rio Grande do Norte, em particular na cidade de Natal, quando foram vivenciados vários eventos de debate pioneiros na priorização da temática do clima pelos atores envolvidos. Referimo-nos à realização, praticamente em simultâneo, da Conferência Potiguar do Clima, 1º COP do RN, de que resultou a Carta Potiguar do Clima 2023, mas também ao Simpósio Klimapolis “Clima e Meio Ambiente no Contexto Urbano”, ao Encontro Regional Nordeste do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27) e ao 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste. Estas iniciativas provocaram a reflexão sobre quanto a crise ambiental “exige mudanças profundas na sociedade” (Pontes; Figueiredo, 2023, p.10), expondo nesses processos organizativos a tensão entre objetivos desenvolvimentistas da pauta pública e a discussão ontológica sobre o futuro da humanidade. Este tipo de evento contribui para ajudar na reflexão sobre a importância do planejamento das cidades brasileiras no enfrentamento da crise climática, assim como alerta sobre a maior vulnerabilidade das cidades do semiárido (Dias; Pessoa; Teixeira, 2023), promovendo um olhar amplo sobre a especificidade de cada território e, ao mesmo tempo, promovendo diálogo de saberes e governança climática. Sem esquecer também o fato de se promover um debate ao mesmo tempo

interdisciplinar, intersetorial e incitando à organização de espécies de “laboratórios” de cidadania.

Nosso objetivo no artigo é analisar o início do processo de construção dessa agenda pública no Rio Grande do Norte, tendo atenção da academia, da mídia, da classe política e da sociedade colocando-se a temática da janela de oportunidades face a esse momento em que são cada vez mais visíveis os efeitos climáticos e a necessidade de políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Para tal refazemos a cronologia das principais conferências internacionais e nacionais, abordamos em síntese os cenários climáticos para a região, apresentamos em cronologia a realização de outras conferências na área no Brasil e analisamos o que foi debatido nos recentes eventos no RN sobre a temática climática. Esse artigo tem três sessões além desta introdução, da metodologia e conclusão.

1 Metodologia

Para dar sequência aos objetivos do artigo discutimos e analisamos documentos sobre a realização de conferências e outros fóruns alargados de debate ambiental e sobre a sua importância para a transformação das políticas e sensibilização e participação da sociedade civil. Damos atenção a publicações científicas sobre a temática. Identificamos igualmente as Conferências Nacionais de Meio Ambiente e as Conferências das Cidades, na medida em que criaram uma dinâmica participativa desde os municípios, no que se consolidaram como importantes momentos de diagnóstico e definição das prioridades políticas das comunidades, o que não impediu que fossem descontinuadas.

Realizamos a revisão da literatura sobre a temática climática, analisando os cenários do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês), dando igualmente atenção à análise das políticas públicas climáticas, em particular de adaptação e medidas de mitigação nos vários entes federativos, focando na situação atual de planejamento das capitais estaduais do Nordeste. Analisamos igualmente a literatura que discute o papel das COP e outras conferências globais no contexto da resposta à crise ambiental e climática e o documento saído do evento de Natal, a Carta da I COP Clima RN 2023, no contexto da urgência e governança climática, assim como o impacto da realização destes eventos para a formação da agenda pública. Para apresentar as iniciativas ocorridas em Natal faremos uso dos sites dos eventos e das organizações envolvidas, assim como ao que foi dito pela mídia potiguar e as

gravações destes eventos transmitidos via *YouTube*. Por fim, realizamos uma busca no Google Notícias, trazendo alguns títulos sobre a visibilidade da organização da I Conferência Potiguar do Clima publicados online.

2 Conferências nacionais e internacionais de meio ambiente e agenda política

Quando a partir de meados da década de 1960 a temática socioambiental passou a ser encarada enquanto problema social, marcando uma transformação tanto para os estudos acadêmicos como as preocupações sociais, a convergência do papel de diversos atores sociais e institucionais foi crucial para colocar o tema nas agendas científica, da mídia, social, econômica e das políticas públicas nacionais e internacionais, através dos órgãos político-administrativos, de novas políticas e novas agências multilaterais (Ferreira, 2022). Ganham destaque diversos subtemas e aspectos transversais e transdisciplinares da matéria ambiental, convocando saberes específicos e dando lugar à ambientalização dos conflitos sociais (Lopes, 2006). A busca pela promoção do diálogo de saberes tem ajudado a expor o quanto estas temáticas têm de incerteza e risco (Beck, 2011), problemática que atualmente ganha maior ênfase perante a rápida evolução das emergências climáticas, evidenciado quanto é necessário o envolvimento de todos nos processos de decisão e transformação.

A procura de respostas por órgãos internacionais para a degradação ambiental e outros problemas que a interceptam concretiza-se no pós-II Guerra, primeiramente com a criação das Nações Unidas e com o contributo de suas várias agências, daí resultando igualmente importantes avanços na governança global dos problemas. A título de exemplo, a UNESCO estabeleceu 1966-1975 como Decênio Hidrológico Internacional; em 1974 a FAO realizou, em Roma (Itália), a I Conferência Mundial das Nações Unidas da Alimentação; e em 1976 realizou-se em Vancouver (Canadá) a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I), sendo instituído o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat). Por sua vez, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, também conhecida como Conferência de Estocolmo, organizada em 1972 na capital sueca, colocou em pauta a temática ambiental e a busca de soluções para o planeta.

A realização de importantes conferências internacionais sobre meio ambiente não deu apenas visibilidade ao tema, estabeleceu uma agenda e meios para concretizar a inversão da degradação ambiental. Como consequência de Estocolmo 1972, também em 1972, foi criado o

PNUMA – Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente. E com a realização no Rio de Janeiro, em 1992, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento foram criados arranjos institucionais com órgãos específicos, tendo em conta que a discussão se alargou para a temáticas da sustentabilidade e para temas que resultaram na assinatura de importantes convenções, como sejam sobre a mudança climática, desertificação, florestas, biodiversidade, e governos locais e participação (Ferreira, 2022).

Temos assim que, a realização de grandes conferências internacionais sobre meio ambiente correspondeu à institucionalização da agenda ambiental na escala global, designadamente por conta de uma maior preocupação com as questões ambientais, seja por parte dos ambientalistas e entidades voltadas à defesa do meio ambiente, seja de autoridades políticas, intelectuais, governos, principalmente das nações desenvolvidas, e instituições multilaterais (Pontes; Figueiredo, 2023). Por outro lado, essas iniciativas foram a antecâmara para a criação de agências específicas das Nações Unidas para darem resposta às novas demandas globais. Tendo vindo a realizar-se as Conferências das Partes, com destaque para as COP sobre a temática climática, como a COP 28 realizada no Dubai, em novembro de 2023, e a COP 15 da ONU sobre a temática da biodiversidade, realizada em 2020 em Montreal, Canadá.

Na sequência, os países acabam adotando as políticas alvo de acordo com estas organizações multilaterais. No caso brasileiro registraram-se alguns avanços em relação à política ambiental, com a criação de instrumentos de fiscalização, monitoramento, planejamento e dispositivos de governança. A legislação ambiental brasileira chega mesmo a ser considerada uma das mais completas e avançadas do mundo, porém, o processo de implementação é por vezes fragmentado, desarticulado e com pouca participação social (Vargas, 2021). Acompanhando a realização da Conferência de Estocolmo foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), criada em 1973 no governo de Emílio Médici e integrando-a no Ministério do Interior. Essa fase foi marcada pelo controle da poluição industrial e urbana, mas também com uma ação orientada em função de denúncias (Ferreira; Salles, 2017; Moura, 2016). Entretanto, em 1981 foi lançada a Política Nacional do Meio Ambiente, sendo criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) e o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

A Constituição Federal de 1988 deu grande destaque à política ambiental, possibilitando a consolidação da preservação ambiental, com fortalecimento da participação cidadã e a

descentralização das políticas pelos órgãos ambientais. A realização da Conferência do Rio, em 1992, influenciou decisivamente a política e a população brasileira, desde logo pelo fato de resultar de um amplo processo participativo e de envolvimento dos movimentos sociais, mas igualmente dos entes da Federação (Ferreira, 2022). Os orçamentos participativos vinham ganhando expressão, designadamente desde Porto Alegre em 1989, e acabaram fortalecendo o debate global sobre a Agenda 21 e o papel dos entes locais na transformação ambiental. O país recebeu em 2012 a Conferência Rio +20. Em 1999 Recife recebeu a terceira Conferência das Partes – COP3 sobre o clima, integrada na Convenção Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas.

É consenso que, durante o governo federal de Jair Bolsonaro se deu um retrocesso na política ambiental, de participação e controle social. O governo ficou conhecido pelo jargão do “passar a boiada”, frase dita pelo ministro do Meio Ambiente em reunião de ministérios amplamente divulgada. Das ações do Governo destacam-se igualmente o fato de suspender conselhos e comitês das políticas participativas, e a narrativa implantada caracterizada por seu antiambientalismo, negacionismo climático e desmonte das políticas e órgãos ambientais (Acsehrad, 2022; Zhouri, 2022; Ferreira, 2023). Entre os exemplos cite-se a forma como lidou com o derramamento de óleo no litoral do Nordeste do país (Knox; Ferreira, 2022), mas também a forma como o IBAMA e o ICMBIO foram desarticulados em um contexto de avanço do garimpo e desmatamento da Amazônia. Importa também não esquecer que o país deixou de sediar a COP 25, prevista para ser realizada em 2019. Não menos importante, no Plano Plurianual não foi incluído financiamento público para acompanhamento da Agenda 2030. Na transição do governo Bolsonaro para o atual governo Lula da Silva foi privilegiada a agenda das agências multilaterais da ONU como palco principal para a recuperação da credibilidade do país no quesito da crise climática e apoio ao fim do desmatamento da Amazônia.

No país destacam-se as Conferências Nacionais de Meio Ambiente, realizadas de 2003 a 2013. A primeira Conferência realizou-se em 2003 e teve como tema o “Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente”. A participação nacional foi de 65 mil pessoas, que elegeram 912 delegados para o evento nacional. A II Conferência realizou-se em 2005 e o tema foi a “Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais”. A III Conferência realizou-se em 2007, o tema foi as Mudanças Climáticas. A IV Conferência, realizada em 2013, discutiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2014). O Quadro

1 identifica o ano, tema, número total de participantes no país e número de delegados participantes da conferência final.

Quadro 1 - Conferências Nacionais de Ambiente.

Ano	Conferência	Tema	Participantes	Delegados
2003	I Conferência	Fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente	65.000	912
2005	II Conferência	Gestão Integrada das Políticas Ambientais e Uso dos Recursos Naturais	86.000	1269
2008	III Conferência	Mudanças Climáticas	115.000	1269
2013	IV Conferência	Resíduos Sólidos	200.000	1352

Fonte: Organização dos autores a partir do arquivo do MMA, (2014).

Importa incluir igualmente a realização das seis edições da Conferência das Cidades organizadas a partir da criação do ConCidades, em 2004, durante os governos do Partido dos Trabalhadores.

Quadro 2 - Conferências Nacionais das Cidades.

Ano	Conferência	Tema
2003	1ª Conferência Nacional das Cidades	Construindo uma política democrática e integrada para as cidades.
2005	2ª Conferência Nacional das Cidades	Construindo a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.
2007	3ª Conferência Nacional das Cidades	Avançando na gestão democrática das cidades.
2010	4ª Conferência Nacional das Cidades	Avanços, Dificuldades e Desafios na Implementação da Política de Desenvolvimento Urbano.
2013	5ª Conferência Nacional das Cidades	Quem muda a cidade somos nós: Reforma Urbana já!
2015	6ª Conferência Nacional das Cidades	Função Social da Cidade e da Propriedade

Fonte: Organização dos autores a partir da atualização do Ministério das Cidades, (2023).

Não aprofundamos a análise, mas as seis conferências incluíram questões, como os serviços de saneamento básico, direito à cidade, ocupação do solo e preocupação com a crise climática que cruzam a temática urbana com a ambiental. O aprofundamento da nossa análise vai para o conjunto de iniciativas de discussão sobre a crise ambiental registradas nos eventos do Rio Grande do Norte na primeira metade do ano de 2023.

3 Crise climática e arena pública no Rio Grande do Norte

Apesar dos esforços dos eventos acima destacados, a implementação de políticas climáticas tem sido adiada. A maior dificuldade está no assumir estrategicamente do problema

pelos governos, a sua entrada nas políticas locais e no consolidar dos processos de governança climática. A atuação tem sido escassa nesta matéria e enfrenta problemas crônicos na implementação das políticas públicas: descontinuidade com a mudança de governo; resultado da iniciativa de um decisor em particular; falta de um número adequado de gestores alocados; constrangimentos financeiros; ficando na situação de segundo plano face à urgência das demandas sociais e econômicas (Ferreira, 2022).

O Nordeste se caracteriza pela ocorrência de secas severas, que sazonalmente afetam a região, provocando perda de vidas humanas, assim como impactos na economia e no meio ambiente. Paralelamente à vulnerabilidade climática, a vulnerabilidade das comunidades em termos socioeconômicos gera preocupações face à sua maior sensibilidade ao impacto de fenômenos climáticos. O fato de as chuvas serem torrenciais e se concentrarem em um curto período dá origem a inundações nas cidades e nos campos, enchendo lagoas e açudes, e inundando cidades no semiárido e no litoral. A construção de algumas barragens se deu não apenas no sentido do armazenamento de água para segurança hídrica do Estado, mas igualmente face à necessidade de controlar a ocorrência de cheias.

Na ocorrência da seca de 2012 a 2018, o semiárido viveu em alerta, uma vez que, como afirma Marengo (2022, p. 51), “desde 1845, não havia mais acontecido um período de seis anos consecutivos com chuvas abaixo da média nem de estiagem prolongada nessa região, que normalmente já possui um índice pluviométrico reduzido”.

Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas e outros cientistas nas suas universidades apontam para um agravamento geral da ocorrência de fenômenos extremos, com impacto na perda de biodiversidade e no aproveitamento agrícola dos solos, uma vez que as secas vão ser mais severas e frequentes, prevalecendo a ocorrência de cheias resultantes da concentração das chuvas, que acabam caindo em menor quantidade. Haverá perda de área do bioma caatinga e mudanças do uso da terra, e o conseqüente impacto na soberania alimentar. Tudo aponta para um aumento da vulnerabilidade social e ecológica, associada ao aumento da ocorrência de fenômenos extremos e uma perda de biodiversidade, com aumento de riscos de erosão e doenças provocadas por vetores, assim como impacto direto nas atividades econômicas produtivas e na segurança hídrica e alimentar das populações (Marengo, 2022; Pörtner *et al.*, 2022).

A previsão é de que impactos sejam mais sentidos pelas mulheres no semiárido brasileiro, igualmente por ser um dos grupos mais vulneráveis (Pörtner *et al.*, 2022), com um histórico do seu papel na família que acompanha a trajetória das secas, na medida que as mulheres são provedoras de água no contexto da divisão doméstica do trabalho nas famílias tradicionais e o grupo com menor atenção na ocupação pelas frentes de trabalho.

Estes eventos climáticos vão também repercutir sobre aumento de conflitos sociais e políticos, designadamente da luta por terra e água, por solo arável e áreas de pesca no interior, prevendo-se o regresso do êxodo migratório das populações.

Face a esse cenário, ressalta-se o pioneirismo da cidade de Natal e do Rio Grande do Norte em trazer para a sua escala o debate climático em abril de 2023. Vários órgãos da administração pública, políticos, acadêmicos, mídia e sociedade civil organizada, mostram o interesse crescente pelo tema e para qualquer avanço é necessário a participação de todos no processo de construção da agenda midiática para a construção da agenda pública climática do Estado (Kingdon, 2003). Ao contrário de estados como a Bahia e Pernambuco, assim como as respectivas capitais, o Rio Grande do Norte e a capital Natal só agora avançam no sentido do planejamento climático, que se espera ter sequência e venha a ser amplamente alargado aos representantes da sociedade civil. A realização simultânea das iniciativas citadas revela as demandas midiáticas, da sociedade civil e dos gestores na construção de um compromisso com as mudanças climáticas.

Entre as possíveis explicações para o conjunto de eventos ocorridos em Natal, verifica-se que o Estado iniciou tardiamente este debate quando comparado com os estados vizinhos e as respectivas capitais. Por exemplo, em abril de 2014 Recife sanciona a sua Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas; e em dezembro de 2020 a cidade de Salvador, capital da Bahia, lançou o seu Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima (PMAMC). Iniciando tardiamente, percebe-se a necessidade de recuperar e integrar esses novos temas na agenda pública. Outro aspecto de primordial importância foi a ocorrência de eventos extremos em diversas cidades brasileiras, com destaque para as áreas metropolitanas de Recife e Salvador, cujas chuvas intensas registradas em 2022 provocaram destruição em morte. Especificamente no caso da Prefeitura de Natal, a discussão gerada durante a atualização do Plano Diretor não deu o devido espaço para este debate, apesar de ter incluído a questão das emergências climáticas em seu texto, revelando-se infrutífera.

Outro aspecto importante tem sido o destaque que as mudanças climáticas evidenciam no Governo Federal, não somente a nível interno, mas igualmente na diplomacia e governança internacional.

Seguidamente daremos destaque às iniciativas organizadas no Rio Grande do Norte sobre o tema, destacando a Conferência Potiguar do Clima, cujo debate produziu a Carta Potiguar do Clima 2023. Antes disso, pontuamos igualmente a realização do Simpósio Klimapolis “Clima e Meio Ambiente no Contexto Urbano”, o Encontro Regional Nordeste do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27) e o 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste.

O Simpósio Klimapolis “Clima e Meio Ambiente no Contexto Urbano”, realizou-se em Natal, nos dias 11 e 12 de abril de 2023, discutindo o tema “Clima e Meio Ambiente no Contexto Urbano: Um Desafio de Governança Multinível”. Considerando que a mudança climática é atualmente um grande desafio da humanidade, que

requer não apenas a aplicação do conhecimento técnico e científico consolidado, mas também a conscientização e o engajamento do conjunto de atores da sociedade civil para produzir novos conhecimentos e para implementar novos modelos de governança e produção das cidades (Klimapolis, 2023, local 1).

O evento foi financiado pelo Ministério da Educação em Ciências da Alemanha, com apoio do Centro Alemão de Pesquisa e Inovação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e do Mackenzie CIAM Clima. O evento colocou em pauta a discussão global e nacional sobre a temática trazendo pesquisadores do Brasil e da Alemanha.

No dia 12 de abril, Natal recebeu o Encontro Regional Nordeste do Fórum Nacional de Secretários e Secretárias de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), promovido como ação prévia do 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste. O Encontro enfatizou que a mudança do clima é um dos principais desafios que a humanidade que este século está enfrentando e o papel das cidades na implementação de soluções no território. Em pauta esteve ainda o papel do Nordeste e os encaminhamentos a fazer chegar ao Governo Federal, questionando igualmente sobre o que as cidades querem do Governo e como podem ter mais participação nas novas pautas e espaços regionais. No seu histórico, em 2015, Natal recebeu o Encontro do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras (CB27), que reúne os dirigentes responsáveis pelo meio ambiente nas prefeituras das 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal.

Articulado com a Prefeitura de Natal, importa ainda destacar a realização do 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste, de 12 a 15 de abril, tendo como tema “Cidades, Clima e Natureza” (ICLEI, 2023). Desde 2016 que Natal é uma cidade associada do ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, pelo que o Encontro foi fundamental para a Prefeitura do Natal (2023b) firmar vários compromissos climáticos, destacando-se logo na abertura a adesão à Aliança para Ação Climática Brasil (ACA Brasil), e que segundo o Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo, marca “o compromisso da cidade a fazer parte das coalizões nacionais dedicadas a empreender medidas sistematizadas, e aumentar o apoio público no enfrentamento à crise climática mundial, de modo a contribuir para que os países cumpram com os compromissos pactuados no Acordo de Paris” (Prefeitura do Natal, 2023b).

Durante o Encontro o prefeito de Natal, Álvaro Dias assinou a Declaração das Cidades Circulares da América Latina e Caribe, uma iniciativa da ONU, que tem como objetivo convidar representantes de cidades da região para promover e acelerar a transição para a circularidade dos processos a partir da combinação entre desenvolvimento econômico, sustentabilidade, resiliência e inclusão social para combater a mudança do clima. A prefeitura assinou igualmente Protocolos de Intenções para Governança Climática e Inventário de Emissões de Gases Efeito Estufa; e Protocolos Análise de Risco e Vulnerabilidade Climática e Plano de Redução de Risco. Com promessas de a Prefeitura avançar, em cooperação com o ICLEI, a elaboração do Inventário de Emissões de Gases Efeito Estufa.

O evento que queremos destacar, foi a 1ª Conferência Potiguar do Clima, realizada de 13 a 15 de abril, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. A conferência obteve grande visibilidade midiática e contou com a participação de 650 pessoas inscritas presencialmente e com centenas de pessoas que acompanharam virtualmente as palestras. O evento teve uma equipe de coordenação no Instituto de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (IPP/UFRN), junto ao professor Robério Paulino, que atualmente exerce o cargo de vereador da Câmara Municipal de Natal; da professora Winifred Knox (coordenadora do projeto) e do professor Fabio Figueiredo (ambos do IPP/UFRN); e da Arboriza Natal, com Vania Albercon. Dos debates resultou a Carta Potiguar do Clima 2023, cujo objetivo é alargar a discussão sobre a temática climática trazendo diversos atores institucionais, acadêmicos e sociais para a discussão, bem como levar o debate a outras cidades do Estado para que outros protagonistas se possam pronunciar e contribuir.

Nas suas intenções, como primeira medida a Carta aprova, “como meta principal, iniciar o plantio de até 5 milhões de árvores em todo o estado, em um prazo máximo de 5 anos, com a instalação imediata de viveiros nas cidades do RN, para viabilizar tal meta”. (I COP [...], 2023). No sentido de prosseguir o debate, o fórum decidiu por uma Assembleia Permanente do Clima que se reunirá de 3 em 3 meses, a primeira realizada em abril de 2023 em Caicó, e que a II COP do Clima se realizará em abril de 2024. A I COP sugeriu a criação de Conselhos do Clima em cada cidade do Estado, com função de realizar o Planejamento Estratégico de Enfrentamento das Emergências Climáticas em nível municipal e Estadual, recorrendo à mobilização da militância jovem para usar suas redes sociais no incentivo à participação e às comunidades rurais no sentido de lhe dar condições de participação nos debates sobre meio ambiente.

Foram estabelecidas diversas propostas para ações nas mais diversas instituições e níveis nos entes subnacionais, destacam-se a necessidade de fazer mais pressão dos representantes dos órgãos públicos no fortalecimento das comunidades vulneráveis, na incorporação de agendas de pesquisa em educação ambiental na academia, nas escolas, demais instituições cujo perspectiva comporte o âmbito ambiental e educacional, e nas políticas climáticas, maior capacitação dos agentes e mais investimentos públicos, colocando a política ambiental no centro do debate para também uma melhor interlocução com o terceiro setor. A Carta defende o Desmatamento Zero, a recuperação de microbacias, indica a necessidade de mais monitoramento e informações ambientais, sugerindo a melhor articulação entre o poder público e as pesquisas acadêmicas. Assim também foram solicitadas mais audiências públicas nas câmaras municipais e na Assembleia Legislativa sobre o tema. A Carta relembra que a energia eólica deve pesquisar e regulamentar limites para que se minimizem os impactos negativos, sendo fundamental reconhecer a importância dos modelos de matrizes energéticas limpas que viabilizem energia barata às comunidades tradicionais sem destituir os seus territórios, evitando a desterritorialização e violações do patrimônio cultural e natural. Além de sinalizar para a cobrança de medidas compensatórias direcionadas e permanentes. Para além do estudo e monitoramento da caatinga, dos recursos hídricos e da criação de Unidades de Conservação Federal, investindo na recuperação de matas ciliares e caatinga, a Carta defende medidas específicas para Natal, para jovens e idosos do Estado e a criação de movimentos sobre a temática climática. A participação diversa de pessoas na plenária evidenciou um documento que não esquece igualmente problemas de primeira geração como os resíduos sólidos urbanos,

assim como os conflitos no litoral, melhoria no transporte público com ônibus elétricos, da necessidade de um sistema de transporte cicloviário articulado, sinalizando também para a questão de boa alimentação com a produção de orgânicos em espaços na cidade, reforçando a cooperação para a constituição e consolidação de dispositivos de governança (I COP [...], 2023).

4 A I COP Potiguar do clima na agenda da mídia local

A partir do Google Notícias buscamos registros sobre o momento da realização da Conferência Potiguar do Clima. Obtivemos notícias de veículos de mídia e notícias divulgadas nos sites das prefeituras sobre a sua participação. As notícias da mídia provêm da agência de comunicação Saiba Mais, do jornal Agora RN, seguindo-se o portal Ponta Negra News, o Blog do Heitor Gregório integrado na Tribuna do Norte e o blog do BG, do Bruno Giovanni.

O jornal Agora RN publicou, no dia 19 de janeiro, a primeira notícia sobre o tema, com o “Natal vai sediar a I COP Potiguar do Clima”, explica no *lead* que a “Conferência será nos dias 13 e 14 de abril, e debaterá crise climática” (Natal [...], 2023a). O jornal volta ao tema após a realização da Conferência em uma notícia com data de 9 de junho de 2023, com o título “Meio ambiente: Cada cidade do Rio Grande do Norte terá viveiro de mudas”, referindo no *lead* da notícia que “Ação foi deliberada durante a Conferência Potiguar do Clima; durante as comemorações desta Semana do Meio Ambiente, projeto distribuiu quase 10 mil mudas em Natal” (Meio [...], 2023).

A Agência Saiba Mais é o veículo que dá mais atenção à COP potiguar, com 3 notícias em datas sucessivas. A 28 de janeiro surge a notícia com o título “Natal vai receber a I Conferência sobre o clima em abril” (Natal [...], 2023b, local 1). Próximo à Conferência, no dia 8 de abril, o título informa que “Natal sedia Conferência Potiguar do Clima na UFRN” (Soares, 2023) e a 12 de abril o título “Com elevação da temperatura e do nível do mar, RN tem projeto de plantar cinco milhões de mudas no Semiárido” (Com elevação [...], 2023). A notícia sintetiza a conversa dessa manhã no programa Balbúrdia, transmitido no canal do *Youtube* da Agência, em que sobre o evento e as medidas propostas foi entrevistado o professor Robério Paulino.

Além destes órgãos, o portal Ponta Negra News (Natal [...], 2023c) destaca no site a notícia, com data de 11 de abril, com o título “Natal sediará primeira Conferência Potiguar do Clima”. O texto destaca que a COP Clima Potiguar “tem como objetivo discutir os desafios e possibilidades de mitigação da degradação ambiental que estamos vivenciando, especialmente

no semiárido nordestino”, destacando-se entre as mídias pela afirmação da “urgente necessidade de rearboração do nosso semiárido, frente à desertificação crescente e à elevação da temperatura”.

Apenas a Tribuna do Norte, principal jornal do Estado, deu pouco destaque ao evento. Surgindo na edição online de 25 de janeiro de 2023, não como notícia principal, mas integrada no Blog do Heitor Gregório (2023), com o título “Natal vai sediar a I Conferência Potiguar do Clima”. Esse fato revela a dificuldade de a temática climática ter presença constante nos veículos de maior circulação. A notícia dá conta da realização da iniciativa e da representação prevista de gestores dos 167 municípios do Estado e de outros órgãos, e inclui igualmente declarações de Robério Paulino em nome da organização da COP, assim como do Prefeito do Natal, Álvaro Dias, referindo-se ao atual momento climático e à “urgência em se realizar um encontro propositivo”.

Não podemos igualmente deixar de mencionar a entrada no Blog do BG (Bruno Giovanni, 2023), publicada no dia 10 de abril sobre o tema a partir do título “Natal será sede da I Conferência Potiguar do Clima”. A notícia reproduz a divulgação e programação da Conferência, ainda assim é relevante pelo fato de o Blog do BG ser bastante popular, servindo igualmente para divulgação entre grupos de WhatsApp e outras redes sociais (Giovanni, 2023).

Além da mídia importa igualmente referir o destaque da Prefeitura do Natal, dando conta do evento com antecipação, quando a 22 de novembro de 2022 publica a notícia “Prefeitura garante apoio à Conferência Potiguar do Clima”. A peça informa que a cidade sediará de 14 e 15 de abril de 2023 a 1ª Conferência Potiguar do Clima e que para o efeito o prefeito Álvaro Dias recebeu no Palácio Felipe Camarão a comissão da Conferência, garantindo apoio logístico da Prefeitura ao evento. É igualmente dada relevância ao fato de à frente da comissão estar o ambientalista, professor e vereador, Robério Paulino, o qual assinalou os temas da Conferência e a meta de plantar 5 milhões de mudas no Estado e instalar viveiros em Instituições de Ensino Federais no RN. A notícia informa igualmente que fazem parte também do grupo de apoiadores da Conferência no RN a Universidade Federal do Rio Grande do Norte com diversos departamentos envolvidos na organização da mesma, a Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte e a Câmara Municipal do Natal. Entretanto, próximo à realização do evento, no dia 10 de abril de 2023, a prefeitura informa que “Natal participa da I Conferência Potiguar do Clima”, discutindo a importância dos eventos em Natal, descrevendo a programação e

incluindo declarações do secretário de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal, sobre o que considera ser “um momento importante para Natal, recebendo”, além da COP Clima sobre “Política para cidades sustentáveis, o 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste em parceria com a Prefeitura e o encontro regional do CB27 (Prefeitura do Natal, 2023a).

Também a Prefeitura de João Pessoa divulgou nas suas notícias a participação nos debates climáticos em Natal. Através da notícia com o título “Prefeitura de João Pessoa é representada em encontros regionais”, divulgada no dia 14 de abril de 2023, a Prefeitura informa que o secretário de Meio Ambiente, Welison Silveira, que é igualmente coordenador Nacional do Fórum de Secretários de Meio Ambiente das Capitais Brasileiras – CB27” “está participando, em Natal, do Segundo Encontro Regional ICLEI Nordeste e da Primeira Conferência Potiguar do Clima – I CopClima RN” (Vital, 2023, Local 1).

Considerações finais

As iniciativas de debate e sugestões de acordos político-técnicos que envolveram Natal e o Rio Grande do Norte em abril de 2023 incitam a prosseguir o debate sobre a questão climática, com efeitos na escala do globo e locais, com as repetidas invasões do mar no litoral potiguar, mas também a desertificação em vastas regiões do semiárido, que juntamente sofrem com a ocorrência de secas mais severas e com chuvas mais intensas. A região semiárida do Nordeste traz enormes desafios no enfrentamento da crise climática, fazendo essa agenda incorporar análises ao planejamento de ações, ao importante histórico de grandes secas, e de inundações.

Apesar dos dissensos entre variabilidade climática e mudança climática, ainda é necessário distinguir o que se apresenta como regularidade climática na região e mudança climática. Na medida em que não temos tempo a perder no sentido de se buscarem respostas adaptativas e medidas de mitigação no caso de ocorrência de fenômenos extremos.

Tomamos estes eventos como propulsores da reflexão e possíveis respostas à crise climática também pelos estados do Nordeste, oportunizando a inclusão programática da temática na agenda pública, proporcionando o alargamento da discussão e tensionando as racionalidades ambientais e desenvolvimentistas. Face a esses cenários, a importância da inclusão na agenda pública das questões ambientais e climáticas é clara e histórica. Esses eventos são vistos como oportunidade política para o estado potiguar. Além de possibilitarem

avanços na reflexão sobre o acesso aos serviços de água e esgoto que não chegam a todas as comunidades, um problema que se pode agravar face a longos períodos de seca, vulnerabilizando comunidades pobres e excluídas (Ferreira *et al.*, 2023).

A expectativa está em saber como estas iniciativas ao se repetirem vão provocar mudanças de comportamentos, assim como se vão provocar arranjos institucionais e a concretização das políticas públicas. Sabendo-se que os estados e municípios da região não avançaram com o seu planejamento (Dias; Pessoa; Teixeira, 2023) e o tema foi igualmente colocado à parte durante o Governo de Jair Bolsonaro. Perante as alterações de política e de lideranças políticas o desejo é que aconteça a necessária convergência entre os entes da federação, até porque a temática climática é trazida ao protagonismo tanto pelo presidente Lula da Silva como pela Ministra Marina Silva, destacando-se entre os temas que podem levar ao desenvolvimento do país (Ferreira, 2023).

No Estado do Rio Grande do Norte a expectativa é abrangente. A Carta Potiguar do Clima resulta de um esforço de debate comum, a sua ampla abrangência não deixa de colocar reticências. A cidade de Natal e a Prefeitura posicionam-se como importantes protagonistas da transição que venha a ocorrer, a expectativa é que cumpram os compromissos assinados, dando o exemplo do que deve ser feito em outras cidades do Estado. Para que se dê a transição para um futuro que cuide mais do ambiente e do clima é necessário não apenas educação ambiental, mas igualmente sensibilizar os poderes públicos e as comunidades, assim como criar dispositivos de governança, fomentar o diálogo de saberes entre academia, pessoas e instituições.

Sobre a mediatização é importante deixar nota da dificuldade em obter a adesão das mídias tradicionais. Necessitamos aprofundar a pesquisa, principalmente em relação às articulações posteriores que estão em pleno curso. As mídias têm representado grupos políticos oligárquicos históricos, de modo que o pouco destaque evidencia o pouco espaço dado a essa questão para esses grupos políticos e midiáticos o que dificulta a consolidação na agenda pública. Enfim, o que o artigo mostra é que a postura histórica frente ao problema ambiental e climático vem até ao presente, tornando evidente que os esforços até agora não foram suficientes para tornarem efetivas essas demandas na agenda pública, mas resultam em um início de reforço sobre a organização de entidades da sociedade civil e instituições públicas em

torno de como devem ser mobilizados recursos e energias para que seja incorporada na agenda pública a necessidade de um Política Estadual de Meio Ambiente.

Bibliografia

ACSELRAD, H. Dimensões políticas do negacionismo ambiental—interrogando a literatura. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 60, p.26-42, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/80028>. Acesso em: 1 nov. 2024.

BECK, U. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

COM ELEVAÇÃO da temperatura e do nível do mar, RN tem projeto de plantar cinco milhões de mudas no Semiárido. **SAIBA MAIS: agência de reportagem**, Natal/RN, 12 abr. 2023. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/04/com-elevacao-da-temperatura-e-do-nivel-do-mar-rn-tem-projeto-de-plantar-cinco-milhoes-de-mudas-no-semiarido/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

DIAS, E. M. S.; PESSOA, Z. S.; TEIXEIRA, R. L. P. Governança adaptativa e segurança hídrica em contexto de mudanças climáticas no semiárido, **Mercator**, Fortaleza, v.21, p. e21025, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/pZqsCPJbJr6MphYsYWRxhPm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2024.

FERREIRA, J. G. Ambiente e sociedade. Contingência e resposta à crise ambiental. In: FERREIRA, J. G., FIGUEIREDO, F. F.; SILVEIRA, R. M. C. (Org.). **Socioeconomia do meio ambiente e política ambiental**, Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022, p. 15-40.

FERREIRA, J. G. *et al.* Água, semiárido e sustentabilidade: aplicando o ODS 6 aos municípios do Rio Grande do Norte. **MIX Sustentável**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 75–90, 2023. DOI: 10.29183/2447-3073.MIX2023.v9.n2.75-90. Acesso em: 1 nov. 2024.

FERREIRA, J. G. Os desafios da política ambiental brasileira. **Cadernos Adenauer**, São Paulo, v. XXIV, p.47 - 61, 2023. Disponível em: <https://www.kas.de/documents/265553/19294631/Cadernos+1-2023+-+cap+3.pdf/538cc69a-2c66-71cd-ba9f-9a9d1e1b0a64?t=1682363316243>. Acesso em: 01 nov. 2024.

FERREIRA, M. B. M; SALLES, A. O. T. Política ambiental brasileira: análise histórico-institucionalista das principais abordagens estratégicas. **Revista de Economia**, [S. l.], v. 42, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/54001>. Acesso em: 31 out. 2024.

GIOVANNI, B. Natal será sede da I Conferência Potiguar do Clima. **Blog do BG**, Natal/RN, 10 abr. 2023. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/natal-sera-sede-da-i-conferencia-potiguar-do-clima/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

GOVERNOS LOCAIS PELA SUSTENTABILIDADE (ICLEI). ICLEI América do Sul promove 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste em Natal. 2023. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/iclei-america-do-sul-promove-2o-encontro-regional-iclei-nordeste-em-natal/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GREGÓRIO, H. Natal vai sediar a I Conferência Potiguar do Clima. **Blog do Heitor Gregório**, Tribuna do Norte, Natal/RN, 25 jan. 2023. Disponível em: <https://blog.tribunadonorte.com.br/heitorgregorio/natal-vai-sediar-a-i-conferencia-potiguar-do-clima/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

I COP Potiguar do Clima. **Carta da I COP Clima RN 2023**, Natal/RN, 2023. Disponível em: <https://copclimarn.com.br/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

KINGDON, J. **Agendas, alternatives, and public policies**. 3ª. ed. New York: Harper Collins, [1984], 2003.

KLIMAPOLIS. **Simpósio Klimapolis “Clima e Meio Ambiente no Contexto Urbano” – 11 e 12 de abri**. Klimapolis, Germany Brazil. 2023. Disponível em: <https://www.klimapolis.net/klimapolis-symposium-natal2023>. Acesso em: 7 ago. 2023.

KNOX, W.; FERREIRA, J. G. Desastre ambiental e zonas de sacrifício: o derramamento de petróleo no Nordeste do Brasil e políticas públicas de estado. **Revista da ANPEGE**, v. 18, n. 37, p. 89-105, 2022. Disponível em: <https://www.researchgate.net/journal/Revista-da-ANPEGE-1679-768X>. Acesso em: 01 nov. 2024.

LOPES, J. S. L. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/Cw4JM8d7rs5GzyxfkQVnyFj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 out. 2024.

MARENGO, J. A. O clima no Semiárido do Nordeste do Brasil. Agricultura de baixa emissão de carbono em regiões semiáridas. In: Giongo, V.; Angelotti, F. (Ed.). **Agricultura de baixa emissão de carbono em regiões semiáridas**. Experiência brasileira. Brasília: Embrapa, 2022, p. 49-57.

MEIO ambiente: Cada cidade do Rio Grande do Norte terá viveiro de mudas. **AGORA RN**, Natal/RN, 09 jun. 2023. Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/meio-ambiente-cada-cidade-do-rio-grande-do-norte-tera-viveiro-de-mudas/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Conferência das Cidades**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/composicao/orgaos-colegiados/conselho-das-cidades-concidades/conferencia-das-cidades>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Conferência Nacional do Meio Ambiente**, 2014. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/conferencia-nacional-do-meio-ambiente.html>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MOURA, A. M. M. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: Moura, A. M. M. (Org.). **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas, Brasília: Ipea, 2016, p.13-43.

NATAL sediará primeira Conferência Potiguar do Clima. **Ponta Negra News**, Natal/RN, 11 abr. 2023c. Disponível em: <https://www.pontanegranews.com.br/2023/04/11/natal-sediara-primiera-conferencia-potiguar-do-clima/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NATAL vai receber a I Conferência sobre o clima em abril. **SAIBA MAIS: agência de reportagem**, 28 jan. 2023b. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/01/natal-vai-receber-a-i-conferencia-sobre-o-clima-em-abril/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

NATAL vai sediar a I COP Potiguar do Clima. **AGORA RN**. Natal/RN, 19 jan. 2023a. Disponível em: <https://agorarn.com.br/ultimas/natal-vai-sediar-a-i-cop-potiguar-do-clima/>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PONTES, O. M.; FIGUEIREDO, F. F. Conferências internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável: outro mundo é possível? **Holos**. Natal/RN, v.1, Ano 39, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/12036>. Acesso em: 31 out. 2024.

PÖRTNER, H. O. *et al.* (Ed.) **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022. Disponível em: https://report.ipcc.ch/ar6/wg2/IPCC_AR6_WGII_FullReport.pdf. Acesso em: 11 maio. 2023.

PREFEITURA DO NATAL. Natal assume compromissos sobre a questão climática durante o 2º Encontro Regional ICLEI Nordeste. Natal/RN. 2023b. Disponível em: <https://natal.rn.gov.br/news/post2/38646>. Acesso em: 7 ago. 2023.

PREFEITURA DO NATAL. Natal participa da I Conferência Potiguar do Clima. Natal/RN. 2023a. Disponível em: <https://www.natal.rn.gov.br/news/post2/38612>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SOARES, V. Natal sedia Conferência Potiguar do Clima na UFRN, **SAIBA MAIS: agência de reportagem**, 08 abr. 2023. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/04/natal-sedia-conferencia-potiguar-do-clima-na-ufrn/>. Acesso em: 17 ago. 2023.

VARGAS, D. L. de. “Na contramão da sustentabilidade”: a pauta da governança ambiental no Brasil. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, IJUÍ - RS - BRASIL, v. 2, n. 1, 2021. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/21199>. Acesso em: 1 nov. 2024.

VITAL, J. Prefeitura de João Pessoa é representada em encontros regionais. Prefeitura de João Pessoa. João Pessoa/RN. 2023. Disponível em: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-joao-pessoa-e-representada-no-2o-encontro-regional-de-secretarios-de-meio-ambiente/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

ZHOURI, A. O anti-ambientalismo no Brasil: da violência lenta à violência nua. **Sociedade Brasileira de Sociologia**. 2021. Disponível em: <https://sbsociologia.com.br/o-anti-ambientalismo-no-brasil-da-violencia-lenta-a-violencia-nua/>. Acesso em: 01 nov. 2024.